

anc p. 3

Convênio garante PM em volta do Congresso

O presidente da Assembléia Nacional Constituinte, deputado Ulysses Guimarães, assinou ontem no Palácio do Buriti convênio com o governador José Aparecido, o qual prevê apoio da Secretaria de Segurança do GDF ao policiamento externo e adjacências ao prédio da ANC. O convênio será executado em conjunto com a Coordenação de Segurança Legislativa do Congresso Nacional.

Segundo o documento, a Secretaria de Segurança do DF passará a prestar policiamento, encaminhamento às autoridades de pessoas flagradas "em práticas de atos infringentes às normas legais" e cooperação em operações veladas. O convênio prevê ainda que a Constituinte colocará à disposição do GDF a legislação relativa à segurança da ANC e os recursos financeiros para manutenção

dos serviços de apoio.

O deputado Ulysses Guimarães informou que o policiamento externo será reforçado por um contingente de 50 policiais militares. Ele explicou que a mesa da ANC decidiu remanejar os agentes de segurança da casa. Agora, os trabalhos da Constituinte serão apoiados por 190 funcionários — 50 do Senado e 140 da Câmara dos Deputados.

O convênio estabelece também que o emprego do efetivo policial será definido em comum acordo com a Diretoria-Geral da Câmara dos Deputados. Ulysses Guimarães disse que as novas medidas de segurança não vão dificultar o acesso de populares às galerias. "As pessoas podem continuar a comparecer, mas ordenadamente", observou o deputado.

O presidente da Constituinte anunciou que a mesa da ANC voltará a distribuir

senhas aos parlamentares, que as repassarão a convidados. Ele explicou que a decisão pretende disciplinar o acesso às galerias. Ulysses pediu compreensão aos constituintes e garantiu que não haverá mais "perturbação" aos trabalhos da casa. "Quem se comportar mal será retirado", disse.

O deputado condenou ainda o tumulto provocado pelas galerias durante a votação do novo Regimento Interno e não descartou o emprego de policiamento fardado para garantir o funcionamento da Constituinte. "A desordem, o desrespeito e a insegurança não vão existir mais", afirmou Ulysses. Ele prometeu manter a regularidade dos trabalhos da ANC e combater a insegurança. O deputado manifestou ser "favorável" ao livre acesso às galerias, mas fez uma ressalva: desde que não se "perturbe" a Assembléia.

Constituinte só volta no dia 4

Em clima de despedida e muitos votos de Feliz Natal, os poucos Deputados e senadores que ainda estavam em Brasília na tarde de ontem assistiram à última sessão constituinte do ano. Já eram 16h25m quando o presidente da Assembléia Ulysses Guimarães, assumiu a presidência dos trabalhos. Mela hora depois, ele interrompeu os discursos dos líderes para comunicar que a próxima sessão da Constituinte será realizada no dia 4 de janeiro, às 16 horas, para a "última sessão da votação do regimento".

Ulysses insistiu na importância do comparecimento de todos: "Isto é fundamental para que cumpramos com o dever de concluir os trabalhos de nova Constituição com a maior brevidade possível, se é que podemos falar em brevidade a esta altura dos acontecimentos".

A última sessão do ano foi aberta pontualmente, às 14h30m, com apenas cinco constituintes em plenário.

Como era de se esperar, o assunto mais badalado foi o pacote fiscal. Criticado pelos deputados Siqueira Campos (PDC-GO), Darcy Deltos (PMDB-PR) e Augusto Carvalho (PCB-DF), o conjunto de medidas que o Executivo ameaça baixar só teve um advogado na tribuna: o deputado Raimundo Bezerra (PMDB-CE).

"Se ele representar aumento de impostos para os assalariados, devemos nos mobilizar para vetar este trecho. Mas ninguém pode negar que o pacote é necessário".

A sessão foi uma boa mostra das situações que ocorreram durante todo o ano. O deputado Oswaldo Bender (PDS-RS), que jamais esquece suas bases do interior do Rio Grande do

Sul e é um fiel defensor dos suinocultores, dedicou o seu último discurso do ano a um apelo ao DNER para que asfalte a BR-392. "Esta rodovia é muito importante para o escoamento da produção da região da Serra Gaúcha", argumentou Bender.

Os autores de propostas "criativas e originais" estiveram bem representados pelo deputado Maguito Vilela (PMDB-GO), que propôs, como solução para o atual impasse regimental, que o Centrão elabore o "projeto de Constituição

de seus sonhos" e o grupo dos não-centristas faça o mesmo. Depois, os dois projetos seriam submetidos a um plebiscito para que o povo escolhesse o de sua preferência e estariam encerrados, de forma simples e prática, os trabalhos da Assembléia Nacional Constituinte.

O deputado Ottomar Pinto (PTB-RR) falou sobre seus assuntos preferidos: o Banco de Realma e a comemoração de mais uma data dedicada a uma categoria, o Dia Nacional do Ministério Público. Quando está em Brasília, Ottomar não deixa passar em branco a comemoração de qualquer destas datas.

A polêmica provocada pelo líder centrista Amaral Netto (PDS-RJ), que chamou de "vigiarista" o presidente da CNBB, dom Luciano Mendes, mereceu o pronunciamento do deputado Euclides Scalco (PMDB-PR): um constituinte que não tem condições psicológicas de criticar alguém, sem descer a ofensas morais, não tem condições de participar da elaboração de uma Carta constitucional". O vice-líder do PMDB lembrou que, se um constituinte se acha no direito de chamar uma autoridade eclesial de vigiarista e canalha, pode-se esperar qualquer coisa dos "trabalhadores sem-terra que vêm latifúndios improdutivos graçarem, quando milhares de famílias não têm espaço para trabalhar para sua sobrevivência", ou dos "trabalhadores rurais que perdem suas terras pelos altos custos dos juros de seus financiamentos". Amaral Netto não estava na sessão e ninguém subiu à tribuna para defendê-lo da repreensão de Scalco.

Senado admite só em concurso

O senador Jutahy Magalhães (PMDB-BA) afirmou ontem que a atual Mesa do Senado estabeleceu a admissão de novos servidores somente através de concurso público. Esta norma tem sido obedecida com todo o rigor.

Esclareceu Jutahy, primeiro secretário do Senado, que este ano foram dispensados 150 empregados que exerciam função de confiança em gabinetes de senadores cujos mandatos se expiraram.

De acordo com as normas vigentes, os senadores têm o direito de contratar secretários parlamentares e um assessor técnico. Estes servidores, que exercem cargos transitórios e de confiança, podem, naturalmente, prestar serviços no Estado de origem do parlamentar.

Há no Senado, enfatizou seu primeiro secretário, parentes de senadores, de funcionários, de jornalistas, militares e de ministros. O parentesco não é razão para aproveitamento nem deve ser fator inibidor. O que o Senado exige é a qualificação técnica, moral e profissional para o exercício das funções.